



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

PROJETO DE LEI N. 74/2021

PROONENTE: Deputada Joana D'arc

RELATOR: Deputado Ricardo Nicolau

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos Municípios do Estado do Amazonas em dar publicidade, nos sítios oficiais próprios e boletins diários, dos dados de vacinação na forma que especifica.

PARECER

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame e parecer, o Projeto de Lei n. 74/2020, de autoria da Excelentíssima Deputada Joana D'arc, que “Dispõe a obrigatoriedade dos Municípios do Estado do Amazonas em dar publicidade, nos sítios oficiais próprios e boletins diários, dos dados de vacinação”.

A propositura tramitou na forma regimental sem interposição de emendas.

Inicialmente, os autos foram encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a”¹ c/c Art. 127, §1º, inc. III², do Regimento

¹ Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas: I – Comissão de Constituição, Justiça e Redação: a) aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Assembleia e de matérias que lhe sejam encaminhadas.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Interno. No âmbito daquela Comissão o Relator da matéria opinou favoravelmente à sua admissibilidade.

Dando continuidade ao Processo Legislativo, a propositura chega a esta Comissão de Saúde para análise dos aspectos previstos no artigo 27, XVII do Regimento Interno.

Remetido a este Gabinete para relatoria, nos termos regimentais, e passo a emitir Parecer.

É o Relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Com base no que dispõem os artigos 33, *caput*, da Constituição Estadual, e 87, I, do Regimento Interno, a Eminent Deputada Joana D'arc submete para apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, justificando a iniciativa.

Conforme consta nos autos, o objetivo do presente PL é garantir que os municípios de nosso Estado realizem a correta vacinação com total transparência para a nossa população.

Destaca, ainda, em sua justificativa, que os veículos de imprensa noticiaram o “sumiço inexplicável” de mais de 60 (sessenta) mil doses da vacina *Coronavac* no Amazonas bem como em outra região do país pessoas que não estão na lista de prioritários furando a fila para serem vacinados.

Importante destacar que a Constituição Federal garante a saúde como um direito de todos.

² Art. 127. (...) §1º A proposição é despachada às comissões pelo Presidente da Assembleia, obedecendo aos seguintes procedimentos: (...) III – distribuição da matéria às comissões permanentes, iniciando a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que efetua o exame de admissibilidade jurídica e legislativa, salvo exceções contidas neste Regimento





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Neste sentido, entende-se que a matéria reveste-se de interesse social inconteste, ao passo que visa garantir a transparência dos Municípios em relação a aplicação de vacinas, portanto, o Poder Público deve garantir que a saúde seja protegida de forma transparente, cujas palavras da Professora Ieda Cury transcreve-se por sua pertinência ao tema:

“(...) o direito a saúde é o principal direito fundamental social encontrado na Lei Maior brasileira, diretamente ligado ao princípio maior que rege todo o ordenamento jurídico pátrio: o princípio da dignidade da pessoa humana – razão pela qual tal direito merece tratamento especial.”³

Por fim, diante da grande relevância social que se reveste a matéria na defesa e garantia do direito à saúde, tendo em vista a constatação de que a propositura atende aos preceitos legais, bem como sua conformidade com as regras do processo legislativo, recomendo sua aprovação.

III – VOTO

Do esboçado na fundamentação, sob o prisma que me compete analisar, manifesto-me **FAVORÁVEL** pela aprovação do Projeto de Lei epigrafado, nos termos propostos originalmente, conclamando aos demais membros desta Comissão e ao Plenário desta Casa de Leis, a idêntico proceder.

³ CURY, Ieda Tatiana. Direito fundamental à saúde: evolução, normatização e efetividade. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. Página 57.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA

S. R. DA COMISSÃO DE SAÚDE E PREVIDÊNCIA da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 11 de novembro de 2021.

Deputado RICARDO NICOLAU
Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

MAYARA MONIQUE FIGUEIREDO PINHEIRO - EM 07/12/2021 11:10:49
MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - EM 24/11/2021 10:02:38
LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - EM 22/11/2021 12:38:30

